

ARK: <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25251635/kfakfesa9>

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA CAJUCULTURA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ, BRASIL

Challenges and opportunities of cashew farming in family agriculture in Ceará, Brazil

**Flávia Fernanda Fernandes\***

<https://orcid.org/0000-0003-2078-2006>  
Universidade Estadual do Ceará- UECE, Brasil  
flaviacientista@gmail.com

RECIBIDO: 14.03.2023 / APROBADO: 2.06.2023

### Resumo

Este artigo aborda os desafios e oportunidades da cajucultura na agricultura familiar do Ceará. O trabalho problematiza a perda de 90% do pedúnculo do caju no campo, devido à falta de políticas públicas efetivas para o beneficiamento, baixa profissionalização e fraca divulgação dos co-produtos do caju, ao contrário da castanha voltada para exportação. A pesquisa se baseou em análise de documentos, diálogo com produtores e estudo de práticas e tendências do mercado global e políticas públicas para o setor. Conclui-se que o beneficiamento do pedúnculo do caju pode agregar valor à cadeia produtiva e contribuir para melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar, responsável por 75% da produção no Ceará. O artigo sugere a

---

\* Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



construção de uma agenda de pesquisa e discussão para elaboração de políticas públicas que possam impactar positivamente a cajucultura cearense e ampliar sua participação no mercado nacional e internacional.

**Palavras-Chave:** cajucultura; Ceará (Brasil); agricultura familiar; políticas públicas

### **Abstract**

This article addresses the challenges and opportunities of cashew farming in family agriculture in Ceará. The text discusses the loss of 90% of the cashew apple in the field, due to the lack of effective public policies for processing, low professionalization, and weak promotion of cashewco-products, unlike the cashew nut, which is exported. The research was based on document analysis, dialogue with producers, and the study of practices and trends in the global market and public policies for the sector. It is concluded that the processing of cashew apple can add value to the production chain and contribute to improving the quality of life of family farmers, responsible for 75% of the production in Ceará. The article suggests the need to build a research and discussion agenda for the development of public policies that can positively impact cashew farming in Ceará and expand its participation in the national and international market.

**Keywords:** Cashew farming; Ceará (Brazil); Family farming; Public Policies

## **INTRODUÇÃO**

A cajucultura no Nordeste do Brasil desenvolveu-se a partir de um modelo extrativista. Os pomares domésticos foram ganhando densidade com a valorização mercadológica do caju no século XX, e com isso, o surgimento dos primeiros pratos culturais, que envolviam as podas de limpeza e roçadas no entorno das árvores.

O comércio internacional da castanha de caju teve seu início nos anos 1920. Na segunda guerra mundial (1943), o líquido da castanha de caju

(LCC) tornou-se objeto de interesse da indústria bélica, pois era utilizado na fabricação de lonas de freio e discos de embreagem, para transportes automotivos. O Brasil passa a figurar no mercado internacional, ao fornecer LCC para o Governo dos Estados Unidos, que anteriormente era atendido pela Índia. Com o fim da guerra, o mercado se reorganizou em torno da exploração econômica da amêndoa da castanha de caju - ACC (LIMA, 1988). Atualmente o produto é demandado por cerca de 150 países, sendo a terceira amêndoa mais consumida no mundo.

O crescimento da agroindústria de caju se intensifica na década de 1950, com sua produção voltada para o beneficiamento da castanha direcionada ao mercado externo, que absorve cerca de 85% da produção. Segundo Lima (1988) neste período surgiram as primeiras áreas cultivadas organizadas do Nordeste. O Governo do Estado do Ceará passou a incentivar o plantio de cajueiros, promovendo campanhas e oferecendo incentivos fiscais para projetos agrícolas. Toda a produção, proveniente daquelas áreas, tinham como propósito oferecer matéria prima para as indústrias processadoras de castanha e as emergentes indústrias de sucos. Em 1983 a cajucultura passou a figurar nos programas prioritários do Governo Federal e em pouco tempo, já era possível contabilizar 340 mil hectares de cultura, com 75% dessa área distribuídos pelos estados do Nordeste, com as maiores áreas cultivadas localizadas no Ceará, seguido por Piauí e Rio Grande do Norte.

O presente trabalho tem como propósito compreender, no âmbito da cajucultura e da agricultura familiar no Ceará, os impasses que levam a perda de 90% do pedúnculo do caju em campo. Atualmente, a cada 100 quilos de caju produzidos, apenas 10 quilos são aproveitados por meio do beneficiamento artesanal e industrial que converte o produto principalmente em cajuína, polpa de suco, doces, entre outros produtos (PAIVA et al, 2000).

O elevado desperdício do pedúnculo contribui de forma decisiva para o baixo valor de produção da caju cultura no Nordeste, o que impacta diretamente na qualidade de vida do agricultor familiar (Brainer e

Vidal, 2018). É unânime entre os estudiosos da cajucultura, que o aproveitamento e a comercialização do pedúnculo poderia ser mais rentável para o produtor rural do que a castanha. Segundo Serrano e Pessoa (2016), 75% dos produtores da cajucultura são agricultores familiares. Este dado, implica em uma necessária reflexão sobre a própria cajucultura, incluindo suas relações com o mercado e as políticas públicas para a categoria.

Deste modo, os objetivos deste artigo se pautam na compreensão do universo da cajucultura cearense e seu histórico, na contextualização da agricultura familiar, bem como, na reflexão sobre as práticas de mercado e das políticas públicas frente a essas questões. Compreender o campo, suas potências, singularidades e desafios, é fundamental para que se possa lançar um olhar amplo para o contexto da cajucultura cearense e problematizar na perspectiva sociológica as questões inerentes a este universo.

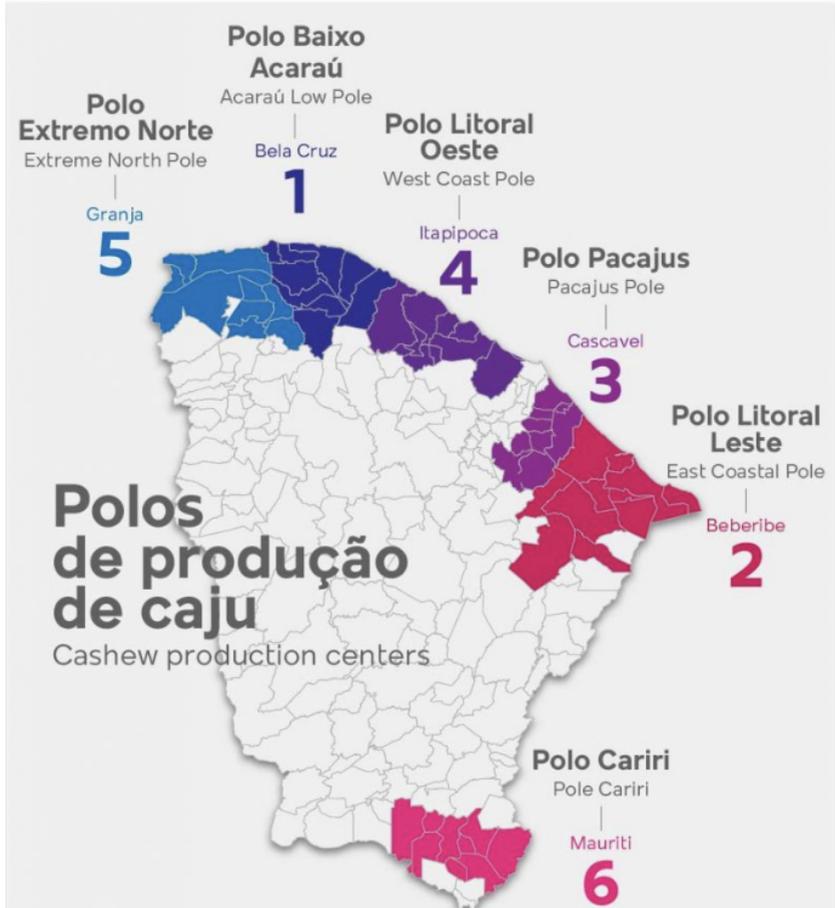
## **CAJUCULTURA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS**

Espécie endêmica brasileira, o caju é composto pela castanha (10%) e pelo pedúnculo (90%). Desde os primórdios, em termos de mercado e com vistas à exportação, a castanha protagonizou as pautas para investimentos e processos de industrialização, seja na produção do Líquido da Castanha de Caju - LCC como na comercialização da Amêndoa da Castanha de Caju - ACC. O pedúnculo historicamente, tem uma tímida representação em termos de negócios, apesar das inúmeras possibilidades de beneficiamento e do consumo "in natura", seu principal mercado consumidor ainda é o nordeste brasileiro.

Presente em 152 dos 184 municípios, o estado do Ceará tem 269.829 hectares de área destinada à cajucultura, que representa 63,24% da área total cultivada no Brasil (Aguiar, 2021). A cadeia produtiva do caju gera anualmente cerca de 250 mil empregos diretos e indiretos, em período que coincide com a entressafra das culturas anuais de subsistência, o que reduz a sazonalidade da mão de obra e o êxodo para as cidades. Segundo Serrano e Pessoa (2016) a cajucultura é praticada por cerca de

195 mil produtores, destes 75% são agricultores familiares com áreas inferiores a 20 hectares.

**Mapa 1.** Pólos de produção de caju, 2019.



Fonte: Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará - Câmara Técnica do Caju, 2019.

Dessa forma, em termos econômicos, a realidade da cadeia produtiva do caju é dominada pelo negócio da amêndoa. A demanda mundial por ACC tem crescido a taxas expressivas, enquanto a participação brasileira no total das exportações segue em constante queda, devido ao avanço de áreas produtivas na África e Ásia, que lideram na atualidade a produção e exportação das amêndoas para os principais mercados consumidores: Estados Unidos e Europa.

A queda nas exportações brasileiras reflete ainda outras questões mais profundas da cajucultura: o tímido incentivo para o cultivo e renovação dos pomares e a ausência de uma ação continuada de capacitação e assistência técnica para o manejo dos cajueiros. A maioria dos cajueiros ainda são comuns, plantados ainda na década de 70, fruto dos financiamentos do Estado. Esses cajueiros vêm envelhecendo e morrendo, o que resulta na diminuição da área. Neste sentido, duas atitudes têm sido tomadas em parte dos casos: a substituição de copa pelo cajueiro anão precoce, ou acabam transformados em lenha utilizada pela indústria ceramista. Segundo o IBGE (2022), nos últimos 15 anos, houve uma redução de 167.894 hectares. A grande maioria composta por cajueiros gigantes, sem tratos culturais e baixa produtividade, têm um rendimento médio em uma safra normal em torno de 250 kg/ha, contra mais de 600kg/ha do cajueiro anão. Além de o tempo de colheita ser maior, os cajueiros gigantes estão mais propícios à infestação de pragas, o manejo é limitado devido suas dimensões e muito pouco do pedúnculo se aproveita.

Há 20 anos atrás o Brasil era o maior produtor mundial de castanha de caju. Hoje, essa posição de liderança é da Costa do Marfim que corresponde a 25% da produção mundial. Com o grande período de seca entre os anos de 2012 a 2016, o Brasil que em 2011 era o quinto maior produtor mundial de castanha de caju, caiu para a décima quarta posição, com apenas 1,5% do volume global de castanha, conforme pontuam Brainer e Vidal (2018). Com a diminuição da produtividade, o Brasil passou a ter necessidade de importar ACC de outros países para suprir a demanda interna e garantir a exportação da

castanha processada. Brainer e Vidal (2020: 1) apresentam o atual panorama no contexto da castanha de caju:

Os maiores exportadores de castanha de caju com casca são os países africanos (Costa do Marfim, Tanzânia e Gana) e os maiores exportadores de amêndoa de castanha de caju (ACC) são o Vietnã e a Índia. O Brasil encontra-se na sétima posição, participando com apenas 2% das exportações mundiais de ACC. Os maiores importadores mundiais de amêndoa de castanha de caju são os Estados Unidos, Alemanha e Países Baixos. O Brasil é o terceiro maior importador mundial de castanha de caju in natura, as importações chegaram a 22 mil toneladas.

Como a safra cearense não atende à demanda das indústrias locais de beneficiamento, o Brasil tem importado a castanha com casca dos países Africanos para realizar o beneficiamento e a venda. Entretanto esse processo tem data para acabar, uma vez que os governos africanos e do sul asiático estão investindo cada vez mais no processo de beneficiamento da amêndoa, que pode tirar o Brasil deste circuito.

Parte da solução para essa questão consiste na substituição do cajueiro gigante –de copa larga e de baixa produtividade– pela variedade anão precoce, como está sendo feito nos demais países. Entretanto, além de custar caro, a troca exige uma série de providências, a começar pela oferta de crédito e pelo pacote tecnológico e de assistência técnica para manutenção do pomar. Além dessas iniciativas, o perfil dos cajucultores, em sua maioria agricultores familiares com áreas menores que 20 ha, exige um trabalho de capacitação e acompanhamento, para que possam crescer junto com o processo, estimulando a organização social para que não continuem à mercê dos atravessadores que engolem a maior parte do lucro precarizando o trabalho do pequeno produtor. Apesar dos entraves e limitações, as estimativas para a safra de 2023 são positivas. As estatísticas apontam um aumento de área em torno de 0,98%, em relação à janeiro de 2022 e 0,81%, comparando-se à área colhida em 2022, resultado de recentes esforços do Programa de Substituição de Copas e Programa de Distribuição de Mudas, do Governo do Estado do Ceará.

Historicamente, os investimentos e incentivos têm sido direcionados ao processamento da ACC, com o subsídio às grandes e minifábricas de beneficiamento da castanha. O projeto de implantação destas teve início a partir de 1994, com o propósito de fazer com que os pequenos produtores de castanha beneficiassem a sua produção, como estratégia de melhoria de renda e geração de trabalho. Apesar da instalação das minifábricas processadoras terem sido apontadas como solução para a melhoria econômica no campo, muitas dessas iniciativas não tiveram êxito. Uma das razões é que apesar das fábricas serem bem equipadas, faltou um acompanhamento sistemático para capacitação e profissionalização dos trabalhadores.

Para Wanderley (2003) essa modernização modifica o status do agricultor familiar e seus modos de fazer e pensar o campo, transformando-o em um agricultor profissional, dependente da tecnologia e da assistência técnica especializada. Esse pacote tecnológico não apresenta uma aderência imediata, levando ao abandono da atividade devido a dificuldade em assimilar as mudanças introduzidas. Fato semelhante ocorre mediante aos incentivos para substituição dos pomares por espécies mais produtivas como o cajueiro anão precoce. Brainer e Vidal (2018) ponderam que a melhoria no rendimento com o cultivo do cajueiro anão precoce está atrelada à adoção de um pacote tecnológico exigido pelas espécies melhoradas, que prevê adubação e irrigação, o que não está acessível a grande parte dos agricultores familiares.

O modelo de abastecimento das indústrias processadoras de ACC também detém fragilidades que inibem o crescimento. Os canais de comercialização são dominados por atravessadores, permanecendo a maior parte do lucro entre os intermediários. Muitos trabalhadores não conseguem visualizar a possibilidade do incremento na renda e melhoria do trabalho por meio de ações cooperativas, devido a avidez pelo ganho imediato e garantido pelo atravessador. Soma-se a esse problema, a ineficiente política de crédito para pequenos produtores e a ausência de instâncias de organização social.

O mercado de caju tem sido historicamente voltado para a exportação da castanha, o que impacta no desenvolvimento de ações mais efetivas no beneficiamento do pedúnculo e na diversificação dos produtos derivados do caju. Dentre os problemas destacam-se a falta de políticas públicas efetivas voltadas para o beneficiamento artesanal/industrial, a baixa profissionalização dos produtores e a fraca divulgação dos co-produtos do caju, que resultam em um alto índice de perda, chegando a 90% no campo, contribuindo para o baixo valor da cadeia produtiva.

O ano de 2022 ficará registrado como o ano em que o LSPA - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, passou a contabilizar o pedúnculo do caju. Até então figuravam nas estatísticas oficiais apenas a castanha-de-caju e o caju de mesa. A importância de levantá-lo, mensalmente, reside no fato de possibilitar maior visibilidade estatística ao produto que estimule ações e projetos que possam contribuir com a diminuição da perda no campo.

Para garantir a sustentabilidade da cajucultura é fundamental que os agricultores familiares tenham acesso a informações sobre as técnicas de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos derivados do caju de forma mais eficiente e competitiva.

Melhorias no âmbito da cajucultura só podem acontecer se as ações e políticas públicas estiverem contemplando a base de sua produção de modo dialógico e participativo, na qual os agricultores familiares são vistos como importantes atores sociais do mundo moderno, "construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado" conforme assinala Wanderley (2003: 47). Diante deste cenário, faz-se necessário um aprofundamento e uma caracterização da agricultura familiar no contexto da cajucultura.

## **AGRICULTURA FAMILIAR: UM CONCEITO AMPLO**

A agricultura familiar pode ser compreendida como um modo de produção agrícola que se baseia na propriedade da terra por uma família e na utilização de mão de obra familiar na produção. Embora

essa conceituação sintetize a ideia de agricultura familiar, o fato é que o conceito adquire diferentes significados e usos conforme o contexto. No âmbito acadêmico, seu uso está atrelado a uma dimensão analítica que dá origem a diferentes vertentes de pensamento. No campo político, o conceito adquire uma perspectiva operacional de ações dirigidas a este público.

Para Lamarche (2013) e Wanderley (1996) a agricultura familiar é um conceito amplo e genérico, que incorpora situações múltiplas e específicas. Segundo Lamarche (2013) a produção familiar se apresenta de maneiras distintas, conforme o contexto: Em determinadas situações é quem articula o desenvolvimento da agricultura com a economia de mercado, enquanto que em outros modelos permanece primitiva e atrelada à economia de subsistência. Do mesmo modo, é reconhecida pela sociedade de maneiras diversas: Em alguns lugares é entendida como essencial na satisfação das necessidades alimentares da população, ao passo que em outras situações é desacreditada, sendo excluída dos processos de desenvolvimento.

A agricultura familiar no Brasil tem marcas profundas da colonialidade, seja no âmbito econômico como no social. Essas marcas se expressam em três características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. Para Lamarche (2013:179) "a fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo". Neste aspecto, o nordeste sofreu esse impacto com maior intensidade em comparação com as demais regiões que foram ocupadas mais tardiamente.

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (Wanderley, 1996: 8).

No processo de industrialização do país, iniciado na década de 1950, os grandes proprietários de terra mantiveram a dominação por meio do controle da propriedade e da força de trabalho. É neste contexto que na década de 1960, ocorre a modernização da agricultura, ainda que de modo precário e parcial, reforçada pela ausência da mecanização de partes efetivas do processo, como a colheita que ainda se dá de modo manual, em grande escala, muitas vezes em condições degradantes.

A produção familiar fica à margem da modernização, o que consolida a dependência da grande propriedade e a precariedade do acesso aos meios de trabalho. Neste contexto está presente a desigualdade social, a marginalização da população rural e o êxodo forçado para áreas urbanas, que culminam com bolsões de pobreza e vulnerabilidade, que contribuem efetivamente para o aumento da violência urbana. Para Lamarche (2013) a modernização agrícola brasileira não ultrapassou o limiar da precariedade, sendo discriminatória e incompleta. Lamentavelmente, este cenário ainda se faz presente na atualidade, inclusive no contexto da cajucultura cearense.

Historicamente, a população rural se estabelecia no interior das grandes propriedades e em pequenas aglomerações, o que é muito distinto da realidade europeia. A história do campesinato brasileiro tem um caráter regional. No nordeste, após a abolição da escravatura em 1888, grande parte dos pequenos agricultores e pobres livres dos campos, que mantinham a agricultura de subsistência, passaram a trabalhar para as grandes propriedades, onde "conheceriam uma degradação de suas condições de vida, seguidas pelo aprofundamento de seu isolamento, da marginalidade e do empobrecimento de suas comunidades" (Lamarche, 1993: 181). A agricultura camponesa brasileira surge neste cenário de precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção, assim como da terra.

Nesta perspectiva, o agricultor familiar era tido como pequeno produtor perante o Estado. Apenas na década de 90, do século XX, é que o termo agricultura familiar passa a se estabelecer como categoria social. Picolotto (2014) organiza esse processo em três momentos: a

pauta no debate acadêmico que situou a relevância da agricultura familiar para o desenvolvimento de países com capitalismo avançado, criticando a precariedade brasileira; as ações do estado que contribuíram para a definição da categoria agricultura familiar e o desenvolvimento de políticas públicas para o fortalecimento; a organização social do sindicalismo e dos movimentos sociais do campo, que reposicionaram o debate sobre a agricultura familiar no país. Este movimento culmina com a criação do PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar em 1995, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e com a Lei da Agricultura Familiar (2006), que passa a considerar a atividade como categoria profissional. Neste contexto, os pequenos produtores passam a se identificar como agricultores familiares e a se engajar na pauta política que reivindica, entre outras pautas, o acesso a crédito para produção.

Essas designações representam importantes marcos legais da inserção desses atores, que historicamente estiveram à margem das políticas públicas, o que acarretava no ocultamento de características específicas e a conseqüente limitação para acesso aos recursos disponibilizados pelo Estado (Grisa e Schneider, 2014; Picolotto, 2014).

Na atualidade, o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) demonstra que a agricultura familiar encolheu no país. Os dados apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último censo, de 2006. O segmento também foi o único a perder mão de obra. Enquanto na agricultura não familiar houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores. Esse dado reflete o envelhecimento das populações do campo sem sucessão de trabalhadores mais jovens, como também o aumento da mecanização e da contratação de serviços.

Contudo a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país e ocupa uma área de 80,89 milhões de hectares, que equivale a 23% da área agrícola total (IBGE, 2017). No que toca à mão de obra, corresponde a 67% de

todo o pessoal ocupado em agropecuária no país, cerca de 10,1 milhões de pessoas. O censo agropecuário de 2017 destaca ainda a participação representativa da agricultura familiar na composição da mesa dos brasileiros: O segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana, por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão, 75% do caju/castanha. O estado do Ceará é o segundo lugar do Brasil em proporção de área ocupada pela agricultura familiar.

Segundo a Lei da Agricultura Familiar Nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (Governo do Brasil, 2006).

Em suma, a agricultura familiar tem como característica um espaço de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão diretamente ligados à família, o que incorre em práticas e ritos como a transmissão do patrimônio, a reprodução do modelo de exploração e a manutenção de saberes e práticas socioculturais. Contudo, as formas de exploração familiar não podem ser compreendidas em um único modelo. Lamarche (2013: 16) reforça que "a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas". Embora, isso não signifique que estão em contraponto: assim como na agricultura familiar, o camponês possui um modo de vida pautado na autonomia e cooperação entre seus membros e uma relação com a agricultura que não se resume a uma perspectiva estritamente econômica.

Wanderley (1996) pondera que o conceito de agricultura familiar é genérico e incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares enquanto que o campesinato diz respeito a um destas formas, que se apresenta como um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Ainda segundo a autora, o modelo de agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas se adapta ao contexto socioeconômico, que implica em transformações no modo de produção e na sua vida social, o que não significa uma ruptura completa com suas tradições e princípios, que dialoga com as raízes camponesas.

O desafio em classificar a exploração camponesa deriva do fato de que existem vários modelos de campesinato, sendo o universo camponês estruturado, com formas de organização e significados singulares, que variam conforme o contexto (Wolf, 1996). Segundo Shanin (2005, p. 1) "um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo". Abramovay (1998: 35) aprofunda a questão:

Mas da apropriação de que parte trabalho social do que vive o campesinato? Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário.

Para Lamarche (2013), as explorações familiares agrícolas não se configuram como classe social, no sentido marxista do termo. Entretanto, na perspectiva clássica, ao se tratar da agricultura familiar camponesa, Shanin (1979: 228) considera que o campesinato é uma classe social, que apresenta características próprias de relações sociais e modo de vida, "um mundo diferente", sustentado por uma ideologia. Nessa ótica, o campesinato se configura como uma classe social, não no sentido puro do termo, mas no sentido de que se insere na sociedade capitalista subordinada à sua lógica, ao passo que reage e se posiciona em momentos de crise. Para Wolf (2006) a relação do campesinato com o mercado é paradoxal, uma vez que apesar do viés

de subordinação ao mercado, sua organização interna não se orienta nem se sustenta por essa lógica. Para Wanderley (1996: 2)

o campesinato brasileiro tem características particulares - em relação ao conceito clássico de camponês - que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sócio-cultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna

O debate acerca da agricultura familiar camponesa na perspectiva clássica, permanece em voga, especialmente na realidade brasileira devido ao agravamento da questão agrária e o avanço do agronegócio. Esse debate se estende ainda ao acesso de políticas públicas e investimentos no campo. A questão do reconhecimento do campesinato brasileiro passa também por embates políticos, onde se busca visibilizar as lutas do campo a partir de um movimento organizado.

Grisa e Schneider (2014) associam a criação do PRONAF em 1995 e o incremento da política de assentamentos de reforma agrária, como resposta às pressões oriundas de várias mobilizações sociais (eventos regionais, Gritos da Terra Brasil, ocupações de terra e acampamentos de reforma agrária).

Organizações vinculadas à Via Campesina, entidade internacional de camponeses formada por movimentos sociais e organizações de todo o mundo que visa articular os processos de mobilização social dos povos do campo em nível mundial, tem buscado retomar e fortalecer a identidade política camponesa no contexto brasileiro, marcada pela oposição ao agronegócio, categoria política representada pelos grandes empreendimentos. Nessa perspectiva, ser camponês é "ser portador de um projeto de desenvolvimento que se funda em bases agroecológicas, na valorização de circuitos locais de produção, nos costumes ancestrais, na crítica à padronização alimentar" (Picolotto e Medeiros, 2017: 364).

Desse modo, as lutas dos camponeses se voltam para a manutenção da condição camponesa e pelo direito à terra. Van der Ploeg (2008)

desenvolve a noção de “recampenização” para tratar a reconstrução da categoria na contemporaneidade. Para Wanderley (2014) na atualidade ocorre uma revalorização da categoria “camponês” e “campesinato”, uma vez que os agricultores familiares no Brasil tem raízes camponesas.

Ainda segundo Wanderley (2003), a afirmação do agricultor familiar enquanto ator social contribui para a compreensão do lugar deste tipo de agricultura no processo de desenvolvimento do país, como reforçado pelo censo agropecuário do IBGE de 2006 e 2017, compreendendo este ator não como sujeito passivo da história, mas como sujeito que resiste e batalha pela sua valorização e reconhecimento, neste campo de forças e disputas que é a agricultura e o meio rural na sociedade moderna, marcado historicamente pela posição subalterna e não reconhecida pelo Estado, evidenciado pela pobreza social presente nas áreas rurais.

Segundo Wilkinson (2013: 74) o desafio brasileiro é semelhante à realidade latino americana, onde, ao mesmo tempo, que se visualiza o potencial competitivo do agricultor familiar, ele é "enraizado mediante laços de solidariedade e complementaridade em seu contexto social e territorial às realidades das suas economias rurais e locais, tão marcadas pela pobreza e pela marginalidade". Atualmente a discussão antagônica entre os conceitos de agricultura e agronegócio colocam em relevo essas questões. No âmbito da cajucultura, há os que acreditam que os problemas do setor se devem à cajucultura não ser vista pela ótica do agronegócio, o que leva a um questionamento do modelo de agricultura familiar que responde por mais de 70% da produção no estado. Antagonismos à parte, fica evidente que o processo de sustentabilidade da cajucultura passa pela valorização e reconhecimento da agricultura familiar e pela construção coletiva de uma agenda para a elaboração de políticas públicas que garantam o acesso à crédito, assistência técnica, formação e fortalecimento de instâncias de organização e participação social.

## CAJUCULTURA, POLÍTICAS PÚBLICAS E TENDÊNCIAS DE MERCADO

A cajucultura passou a figurar como importante elemento no Produto Interno Bruto - PIB dos estados do nordeste a partir da década de 1980, sendo responsável pela geração de emprego e renda, movimentando o campo no período da seca e entressafra de culturas anuais. Em termos de área dedicada ao cultivo, a cajucultura ocupa 31,3% da área com fruticultura no Nordeste. No Ceará ocupa 75,4%, o que ressalta a importância social e econômica da cultura no estado e na região.

Atendendo à demanda internacional da castanha, os incentivos das políticas públicas do estado se voltaram para atender a indústria processadora focada na exportação. Este movimento corrobora com a perspectiva apresentada por Bendini, Cavalcanti e Lara (2006: 57), no que toca a orientação da produção agrícola à demandas externas:

A produção local, nacional ou regional está sujeita aos limites e preferências definidas na maior parte pelos intermediários entre produção e consumo, embora mediados pelas políticas e projetos de desenvolvimento para os países do Sul. Estes aspectos se encontram imbricados nas relações globais-locais e repercutem na conformação do rural.

O processamento e distribuição do pedúnculo no Ceará, assim como do caju de mesa, atendem exclusivamente o mercado nacional. Já no que toca à castanha, o processamento e distribuição, atendem o mercado interno mas são em sua grande maioria destinada à exportação. Segundo Brainer e Vidal (2018, p. 6) "no mercado doméstico, os maiores compradores de castanha de caju são as grandes redes de supermercados e a indústria de alimentos". Enquanto no mercado internacional, os intermediários (*brokers*) assumem o protagonismo na compra da castanha e fornece para a indústria alimentícia, que procede a torra e salga para venda no mercado de *snacks* ou como insumo na indústria alimentícia (BNB, 2009).

Segundo Wilkinson (2003: 67) nessa perspectiva, médios e grandes produtores são privilegiados

às custas da participação da pequena produção que só se mantém com base em respostas inovadoras de organização ou sob sistemas variados de subcontratação ou associação com médios produtores. Esse sistema exclui claramente pequenos produtores individuais que agora precisam trabalhar em associação para poderem enfrentar os investimentos em transporte, logística, instalações de packing e cesta de produtos a serem ofertados. Mesmo assim, existe um longo processo de aprendizagem para se alcançar esses novos patamares de qualidade e organização, sem falar nos pesados investimentos financeiros com os seus riscos conexos.

Neste sentido, o agricultor familiar da cajucultura encontra dificuldades perante a inserção no mercado consumidor direto e na venda para a indústria, que em grande maioria é intermediado pelos atravessadores que ficam com a maior parte do lucro. O mercado orientado para a compra da castanha exige cada vez mais eficiência e exerce uma pressão sobre os custos, implicando em uma necessidade de inovação e modernização tecnológica, o que fragiliza as pequenas iniciativas (Wilkinson, 2003).

A redução da oferta de castanha de caju no nordeste e o aumento da demanda internacional pelo produto, que figura entre as três amêndoas mais consumidas do mundo, obrigou as indústrias processadoras a importarem maiores volumes de castanha, o que tem como consequência a elevação dos custos de produção. O paradoxo da cajucultura na atualidade é que a indústria processadora sofre com a insuficiência de matéria prima (castanha) de origem doméstica, precisando importar da África - principalmente da Costa do Marfim, a castanha que será processada e abastecerá o mercado nacional e internacional.

Enquanto isso, por ano são desperdiçados cerca de 2 milhões de toneladas de pedúnculo que poderia dar origem à sucos, bebidas destiladas e fermentadas, doces, carne vegetal, alimentos condimentados e desidratados. O uso como complemento na ração animal também tem obtido bons resultados. Ressalta-se ainda seus elevados valores nutricionais que podem contribuir com a segurança alimentar de populações vulneráveis e na merenda escolar. O beneficiamento artesanal do pedúnculo do caju pode ser uma fonte

importante de renda para os agricultores familiares, já que permite agregar valor e comercializar esses produtos em feiras locais, em cooperativas, ou diretamente aos consumidores, obtendo uma renda extra e melhorando sua qualidade de vida e contribuindo para o desenvolvimento local.

Dentre as razões para a elevada perda do pedúnculo no campo, estão o reduzido período de pós-colheita associado à pequena capacidade de absorção da indústria, o que exigiria a refrigeração do material ou o beneficiamento artesanal imediato. O curto período de safra e os entraves logísticos também contribuem para o problema. Este cenário enseja a criação de políticas públicas específicas que contemplem a adoção de um pacote tecnológico, que leve em consideração os aspectos de produção e conservação, que garantam o beneficiamento artesanal e/ou industrial do pedúnculo.

As políticas públicas estatais para a cajucultura, parecem lentamente atentar para a relevância do beneficiamento artesanal do pedúnculo, a partir de ações de capacitação para o uso do insumo na produção de doces, sucos e ração animal, que pode vir a significar um incremento na renda do agricultor familiar. Muito embora, para que se possa otimizar a produção e ganhar escala, é fundamental a pesquisa atrelada ao investimento em tecnologias para a conservação do pedúnculo no campo. Ações de capacitação no contexto da organização social são fundamentais para que os produtores se fortaleçam na estruturação e planejamento para o período de safra para que possam garantir a rentabilidade com a venda da castanha e ao mesmo tempo o beneficiamento do pedúnculo.

Tais ações encontram eco nas tendências do mercado internacional onde a demanda por produtos frescos, de alta perecibilidade e até mesmo exóticos, passam a ganhar a atenção do consumidor, amplamente estimulado para uma revisão de seus hábitos alimentares, conforme pondera Cavalcanti (2004: 19):

Observa-se que, num contexto em que a qualidade das mercadorias definida pelas imagens e símbolos, valores que lhe são agregados, passa a dinamizar a globalização dos alimentos, a ruralidade vem a ser

ressignificada, também como parte desses; na verdade, nunca se deu tanto valor ao local de origem dos bens como agora.

Segundo Cavalcanti (2004) estes processos se orientam para dentro - modelo de agricultura e sua relação com a sustentabilidade, bem como o modo de vida dos produtores, e para fora das propriedades - o modo como serão construídas a produção e apresentação dos produtos segundo os padrões de consumo e distribuição.

Os territórios rurais assumem um papel de grande relevância no mundo "urbanizado" de hoje, o de prover uma variedade de bens e serviços para a população não rural, desejosa de se afastar temporária ou permanentemente das patologias da vida urbana (Marsden, citado por Calvacanti, 2004: 21).

Na atualidade os estudos passam a enfatizar como os processos da circulação tendem a influenciar a produção orientada pela demanda, onde "as mercadorias, embalagens e os símbolos que lhe são agregados contribuem para valorizar os espaços produtivos" (Cavalcanti, 2005: 22). Neste movimento entram as estratégias de valorização de regiões de origem e a patrimonialização de alimentos, no Brasil exemplificadas pela cultura do café e dos queijos de Minas Gerais, e no campo da cajucultura da Cajuína como patrimônio imaterial do Piauí.

Neste cenário, as políticas culturais podem contribuir com o desenvolvimento de ações de fortalecimento da cajucultura oriunda da agricultura familiar no país a partir de iniciativas como a realização de festivais ou eventos culturais, a promoção de turismo cultural em torno da produção de caju, a criação de museus e espaços que preservam a memória e a história da cajucultura na região, promovendo a valorização do produto e a ampliação do mercado consumidor.

Fica evidente que as ações em torno do fortalecimento da cajucultura passam por uma ação integrada e articulada dos diferentes atores da cadeia produtiva e das instituições públicas, que leve em consideração não apenas o processamento e exportação da castanha, mas o aproveitamento e beneficiamento do pedúnculo e o fortalecimento da agricultura familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou problematizar a questão do elevado desperdício do pedúnculo do caju no Ceará, a partir da compreensão do universo da cajucultura cearense e seu histórico, da contextualização da agricultura familiar no Brasil, bem como da reflexão sobre as práticas e tendências do mercado e das políticas públicas frente a essas questões.

No contexto atual se faz urgente a retomada de ações de valorização do pedúnculo do caju, a partir de um pacote de incentivos e políticas públicas que incluam pesquisa e tecnologia para a melhoria da produtividade e a qualidade dos produtos derivados do caju. A criação de programas de incentivo à produção, oferecendo linhas de crédito, subsídios e incentivos fiscais para os produtores, contribui para a efetivação dessas políticas, quando atreladas a ações que garantam a formação e o acesso à assistência técnica adequadas, para que possam obter os conhecimentos necessários para o cultivo/manejo do cajueiro e a produção de seus derivados.

É fundamental fortalecer toda a cadeia produtiva da cajucultura, desde a produção até a comercialização, para garantir a sustentabilidade e a rentabilidade do negócio, estimulando a comercialização dos produtos derivados do caju de forma justa e solidária, valorizando a produção local e assegurando a renda e a dignidade dos agricultores familiares. Os impactos dessas ações podem contribuir com a valorização dos produtos e com o fortalecimento da economia regional.

O pedúnculo do caju como alimento e insumo apresenta características singulares que dialogam com as tendências mundiais e que podem possibilitar o alcance no mercado global, em um cenário de transformações nos paradigmas da ruralidade e dos hábitos de consumo, ressaltando a importância da construção de uma narrativa para o campo e para o mercado, que apresenta um grande apelo por produtos *plant based* - uma dieta baseada no uso intensivo de vegetais com potencial nutritivo e saudável, visando também a diminuição do impacto ambiental.

Fica evidente a urgência de tratar o tema e de ampliar as instâncias de diálogo, a partir da pesquisa e discussão, inclusive na dimensão sociológica, que possam vir a fomentar a produção de políticas públicas mais eficientes no campo da cajucultura cearense, sobretudo no que diz respeito à agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, L. (2021, 10 de julho). 63% das terras para plantação de caju no Brasil ficam no Ceará. *Jornal O Povo*.  
<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/07/10/63--das-terras-para-plantacao-de-caju-no-brasil-ficam-no-ceara.html>
- Bendini, M. I.; Cavalcanti, J. S. B. y Lara Flores, S (2006). “Una mirada sobre el campo de la Sociología Rural en América Latina”. En De la Garza Toledo, E.. *Tratado Latinoamericano de Sociología* (247-263). México: Anthropos Editorial, Universidad Autónoma Metropolitana –Iztapalapa.
- Brainer, M. S. De C. P. y Vidal, M. De F. V. (2020). Cajucultura. *Caderno setorial ETENE* 14.
- Brainer, M. S. De C. P. y Vidal, M. De F. V. (2018). Cajucultura nordestina em recuperação. *Caderno setorial ETENE* 54..
- Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (2009). *Estudo da cadeia produtiva do caju e validação de metodologia para acompanhamento dos sistemas agroindustriais/Banco do Nordeste do Brasil*. Fortaleza: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza.
- Cavalcanti, J. S. N (2004). “Globalização e ruralidade”. En Wanderley, M. N. B. *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, SP: Ceres - Centro de Estudos Rurais do IFCH – Unicamp.
- FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations (2020). *Perdas e desperdícios de alimentos na América Latina e no Caribe*.  
<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/239394/>

- FAOSTAT - Food and Agriculture Organization of the United Nations (2020). *Relatório de Produtividade de Castanha de Caju processada*. <http://www.fao.org/faostat/en/#data>.
- Freyre, G. (1977). “O caju, o Brasil e o homem”, *nota preliminar de Gilberto Freyre para o projeto “Estudo do Caju”*. Projeto História da Ciência e da Tecnologia no Brasil. Acrevo CNRC. Arquivo Central do Iphan, seção Brasília. Recife.
- Grisa, C. e Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília* 52, 125-146. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>
- Lamarche, H. (coord.) (1993). *A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Marques, M. I. M. (2008a). A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera, Presidente Prudente: Unesp* 11 (12), 57-67. [http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/q\\_marques\\_12.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/q_marques_12.pdf)
- Mota, M. (2011). *O cajueiro nordestino*. Recife: CEPE editora.
- Paiva, F.F. De A.; Garruti, D. Dos S. e Silva Neto, R.M. da (2000). *Aproveitamento Industrial do caju*. Fortaleza: Embrapa-CNPAT/SEBRAE/CE.
- Picolotto, E. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural* 52, 63-84.
- Picolotto, E. L. e Medeiros, L. S. D. A. (2017). “A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo”. En Delgado, G. C. e Bergamasco, S. M. P. P. (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro* (344-368). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Serrano, L. A. L.; Pessoa, P. F. A. P.(2016). *Sistema de produção do caju: aspectos econômicos da cultura do cajueiro*. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical.
- Taussig, M. T. (2006). *The devil and commodity fetishism in South America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

- Van der Ploeg, J.D. (2008). *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Ediciones da UFRGS.
- Wanderley, M. N. B. (1996). *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro Anual da Anpocs. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro.
- Wanderley, M. N. B. (2004). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)* 21, 42-61.
- Wanderley, M. N. B. (2009). “O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro”. En Petersen, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Wanderley, M. N. B. (2014). O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba-SP* 52, Supl. 1: So25-So44.
- Wilkinson, J. (2003). A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. *Estudos Sociedade e Agricultura* 21, 62-87.
- Wolf, E. R. (1970). *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.